

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Outubro/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Concurso Público para provimento de cargos
Agente Fiscal de Posturas

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais**
Conhecimentos Específicos
Discursiva: Estudo de Caso**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Conservação da água potável é um dos maiores desafios da humanidade.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva: Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva: Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva: Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva: Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva: Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

Ciência e tecnologia

A ciência almeja o conhecimento; a tecnologia visa o controle. Embora intimamente ligadas hoje em dia, ciência e tecnologia tiveram vidas paralelas durante a maior parte de sua história. Os gregos antigos jamais se empenharam em tirar proveito técnico ou econômico de sua sofisticadíssima ciência, ao passo que os romanos, célebres por suas realizações urbanas, estradas e aparato bélico, quase nada fizeram pela ciência.

As principais inovações técnicas da Idade Média e Renascimento – como os moinhos, a roda hidráulica, a impressora, o relógio e a bússola – foram frequentemente o resultado de encontros com outras civilizações durante as Cruzadas e ocorreram todas elas antes do início da Revolução Científica do século XVII.

Foi somente a partir do último quarto do século XIX, durante a Segunda Revolução Industrial, que a ciência passou efetivamente a produzir resultados passíveis de incorporação ao mundo do trabalho e a ditar os rumos da mudança tecnológica, primeiro no uso da eletricidade e na indústria química, e depois se espraiando por todo o tecido socioeconômico em setores como comunicação, transportes, remédios, eletrodomésticos e indústria bélica.

*Se o casamento entre ciência e tecnologia é um tanto recente, o sonho dessa união remonta ao nascimento do mundo moderno: foi no Renascimento europeu, sob o impacto do renovado interesse pelo saber greco-romano e, sobretudo, da descoberta do Novo Mundo, que surgiu a concepção da **ciência como poder**.*

(GIANETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 61-62)

1. No primeiro parágrafo afirma-se que
 - (A) a ciência e a tecnologia trabalham em conjunto para cumprir um mesmo objetivo.
 - (B) os gregos antigos deixaram provas de que muito pouco avançaram no caminho da ciência.
 - (C) afora o campo das realizações urbanas, os romanos dominavam as ciências da época.
 - (D) as civilizações antigas não alcançavam altos conhecimentos técnicos ou científicos.
 - (E) a ciência e a tecnologia, muito unidas hoje em dia, correram em paralelo ao longo da história.

2. A impressora, o relógio e a bússola surgiram como
 - (A) invenções que os romanos desenvolveram a partir dos gregos.
 - (B) artefatos bélicos aprimorados ao longo do Império Romano.
 - (C) inovações técnicas originadas de trocas culturais nas Cruzadas.
 - (D) instrumentos sofisticados que resultaram da Revolução Científica do século XVII.
 - (E) aparelhos de precisão desenvolvidos a partir de sua invenção pelos romanos.

3. Durante o *último quarto do século XIX*, verificou-se o seguinte fenômeno:
 - (A) A tecnologia dissociou-se da ciência e passou a obter resultados mais substantivos.
 - (B) A ciência abriu caminho para avanços tecnológicos com efeitos socioeconômicos.
 - (C) O tecido socioeconômico foi desgastado por conta dos avanços da ciência e da tecnologia.
 - (D) A Segunda Revolução Industrial trouxe mudanças que destituíram a ciência de suas funções.
 - (E) Os setores da comunicação e dos transportes passaram a dominar todos os demais.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *a tecnologia visa o controle* (1º parágrafo) = os meios técnicos prescindem do comando
 - (B) *jamais se empenharam em tirar proveito* (1º parágrafo) = nunca obtiveram tal esforço
 - (C) *passou efetivamente a produzir resultados* (3º parágrafo) = de fato sucederam
 - (D) *impacto do renovado interesse* (4º parágrafo) = trauma do removido desejo
 - (E) *o sonho dessa união remonta* (4º parágrafo) = o anseio de tal consórcio tem origem



5. Da leitura do 4º parágrafo depreende-se que
- (A) remonta ao Renascimento o sonho, hoje realizado, de união entre a ciência e a tecnologia.
 - (B) o nascimento do mundo moderno resultou da efetiva união entre os cientistas e os tecnólogos.
 - (C) a descoberta do Novo Mundo decorreu da curiosidade científica pelo saber greco-romano.
 - (D) a ideia de que a ciência é também um poder remonta ao tempo dos impérios mais antigos.
 - (E) a concepção científica do poder deu-se a despeito de seu recente acordo com a tecnologia.
-
6. Deve-se concluir da leitura integral desse texto que
- (A) a ciência e a tecnologia irmanaram-se desde sempre por conta dos mesmos métodos de investigação.
 - (B) a ciência e a tecnologia, embora trilhando até hoje caminhos separados, sonham em desfrutar de maiores contatos.
 - (C) a ciência passou a valer-se da tecnologia para hoje se revelar como um poder influente em nossas vidas.
 - (D) a tecnologia suprimiu da ciência a investigação abstrata, inspirando-se para isso no saber das antigas civilizações.
 - (E) a tecnologia e a ciência fundiram-se num único saber, desde que passaram a se subordinar a uma nova concepção de poder.

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 10, baseie-se no texto abaixo.

[Laços antigos]

Na Idade da Pedra, os amigos dependiam uns dos outros para sua própria sobrevivência. Os humanos viviam em comunidades solidárias e os amigos eram pessoas com quem se ia à caça dos mamutes. Juntos, sobreviviam a longas jornadas e a invernos rigorosos. Cuidavam um do outro quando um deles ficava doente, e compartilhavam a última porção de comida em épocas de necessidade.

Tais amigos conheciam uns aos outros mais intimamente do que muitos casais de nossos dias. Quantos maridos podem dizer que sabem qual será o comportamento da esposa se eles forem atacados por um mamute enfurecido?

Substituir as redes tribais precárias pela segurança das economias e dos Estados paternalistas modernos obviamente tem vantagens enormes, mas é provável que a qualidade e a profundidade das relações íntimas tenha sido afetada.

(HARARI, Yuval Noah. **Sapiens – Uma breve história da humanidade**. Trad. Janaina Marcoantonio. 38 ed. Porto Alegre: L&PM, 2018, p. 393)

7. Ao imaginar como viviam os homens na Idade da Pedra, o autor acredita que
- (A) a solidariedade entre eles, motivada pela necessidade de sobrevivência, terá sido maior que a estabelecida modernamente.
 - (B) os interesses mais profundos pela sobrevivência não acarretam grandes modificações de comportamento ao longo da história.
 - (C) os nossos ancestrais ligavam-se por laços naturais de afetividade, independentemente de qualquer outra motivação ou interesse.
 - (D) o companheirismo nas longas jornadas de exploração do mundo decorria da atração comum que todos partilhavam em busca do novo.
 - (E) a belicosidade entre eles justificava-se pela sensação de insegurança que experimentavam a cada vez que enfrentassem uma situação de risco.
-
8. No segundo parágrafo do texto, o autor
- (A) faz equivaler a solidariedade dos primitivos à praticada pelos casais bem-sucedidos.
 - (B) insinua que entre os amigos da Idade da Pedra não era rara uma alteração caprichosa.
 - (C) lembra que os maridos das famílias primitivas eram mais atenciosos com suas esposas.
 - (D) imagina com humor uma situação esdrúxula a que estivesse exposto um casal moderno.
 - (E) transporta-se para a Idade da Pedra para imaginar como agiríamos diante de um mamute.
-
9. No último parágrafo do texto, o autor deixa ver que
- (A) a substituição das redes tribais primitivas por medidas protecionistas modernas não representaria vantagem para ninguém.
 - (B) a segurança proporcionada pela economia dos Estados modernos não representa a manutenção da profundidade da primitiva solidariedade.
 - (C) o paternalismo dos Estados modernos seria a única desvantagem numa comparação da nossa vida com a dos homens da Idade da Pedra.
 - (D) as relações íntimas travadas entre as criaturas que viviam na Idade da Pedra eram mais superficiais que as dos nossos tempos sofisticados.
 - (E) a solidariedade que havia na vida dos nossos ancestrais deixou de ser vantajosa por conta dos benefícios do progresso da moderna civilização.



10. Uma expressão do texto é traduzida por outra de sentido equivalente em:
- (A) *dependiam uns dos outros para sua própria sobrevivência* (1º parágrafo) = a dependência era compartilhada em recíproca sobrevivência
 - (B) *sobreviviam a longas jornadas e a invernos rigorosos* (1º parágrafo) = enfrentavam rigorosamente as excursões e a estiagem
 - (C) *compartilhavam a última porção de comida* (1º parágrafo) = nutriam-se com o derradeiro bocado de alimento
 - (D) *Substituir as redes tribais precárias* (3º parágrafo) = Alternar as parcas relações familiares
 - (E) *obviamente tem vantagens enormes* (3º parágrafo) = com toda a evidência é grandemente vantajoso

Atenção: Para responder às questões de números 11 a 14, baseie-se no texto abaixo.

Rubem Braga, o cronista

Rubem Braga (1913-1990) foi o maior cronista deste país. Não será favor nenhum dizer que foi também um dos nossos maiores escritores, conquanto não tenha escrito praticamente nada além de crônicas. O irônico está em que o gênero da crônica é justamente aquele onde se costuma celebrar a transitoriedade do tempo, a anedota passageira, o pensamento arisco – nada muito durável. Mas Braga passou por cima disso e escreveu crônicas que não envelhecem.

Talvez o fato de se dedicar exclusivamente a esse gênero explique um pouco da excelência a que chegou, mas faltaria muito ainda a ponderar: como é que deu uma forma de vida permanente ao que devia ser efêmero? Onde foi buscar grandeza para cunhar o que é pequeno? Que altura poética conseguiu dar a uma prosa que corre limpa e elegante, mas em tom de conversa?

O segredo da potência das crônicas de Rubem Braga terá morrido com ele. Mas elas sobrevivem por conta do gênio dele, que desperta a cada vez que batemos os olhos numa linha, num parágrafo, numa página sua. Cada crônica do velho Braga tem a intensidade da vida que nos surpreende a cada momento.

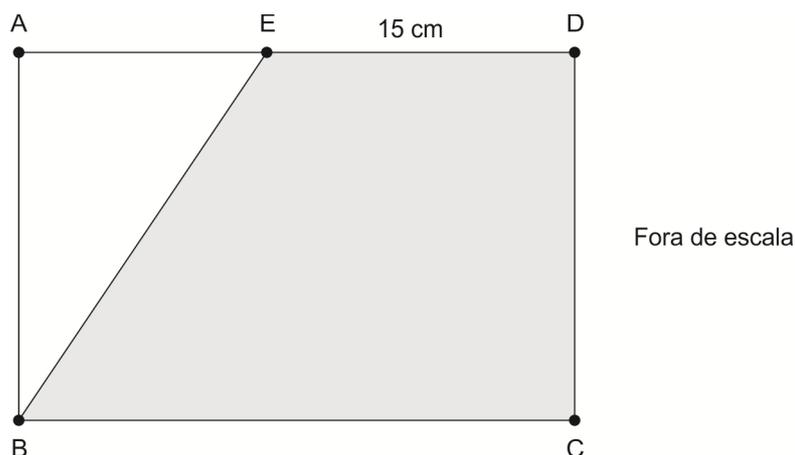
(Teobaldo Ramires, inédito)

11. Reconhece-se nesse texto que as crônicas de Rubem Braga
- (A) adquirem com o tempo o mesmo caráter efêmero dos acontecimentos ou dos pensamentos que elas se esforçam por expressar.
 - (B) fluem de tal modo que acabam despertando em todos os seus leitores o efeito de uma bela melodia que passa e se apaga para sempre.
 - (C) obtêm um caráter de eternidade indiscutível porque se dedicam invariavelmente aos temas graves, numa linguagem de grande solenidade.
 - (D) superam a transitoriedade comum a esse gênero por conta da excelência de uma linguagem que lhes garante a permanência.
 - (E) investem de tal modo na mais alta literatura que se afastam por completo das qualidades que caracterizam esse gênero.
12. Entre as qualidades do cronista Rubem Braga referidas no 2º parágrafo estão a
- (A) contornada excelência de linguagem e a pobreza deliberada de recursos de estilo.
 - (B) transformação da poesia em prosa simplória e o tom dissimulado de conversa.
 - (C) perpetuação do momento passageiro e a conversão do menor em maior.
 - (D) redução da prosa a uma poesia francamente ingênua e o culto da grandeza retórica.
 - (E) exploração das características da crônica tradicional e a obsessão pelo épico.
13. Enfatiza-se no texto sobretudo esta característica singular alcançada pelas crônicas de Rubem Braga:
- (A) souberam respeitar os limites tradicionais de um gênero não literário, acentuando-os.
 - (B) incorporaram em sua linguagem o caráter trágico das coisas sem sentido.
 - (C) realçaram a brevidade da vida só para contrapor a ela a grandeza da retórica.
 - (D) exploraram os efeitos máximos da linguagem clássica da mais alta literatura.
 - (E) alcançaram expressar com vitalidade permanente o que se mostra como fugaz.
14. Uma causa provável e seu decorrente efeito encontram-se, nessa ordem, neste aspecto da atividade do cronista:
- (A) *foi o maior cronista deste país / celebrar a transitoriedade do tempo*
 - (B) *se dedicar exclusivamente a esse gênero / excelência a que chegou*
 - (C) *grandeza para cunhar o que é pequeno / faltaria muito ainda a ponderar*
 - (D) *altura poética conseguiu dar / prosa que corre limpa e elegante*
 - (E) *batemos os olhos numa linha / O segredo da potência das crônicas de Rubem Braga*

**Matemática e Raciocínio Lógico**

15. No primeiro tempo de uma partida de futebol, o número de homens assistindo ao jogo correspondia a 84% do número de mulheres. No intervalo da partida, um mesmo número de homens e mulheres foram embora, de maneira que no segundo tempo havia 120 mulheres a mais do que homens assistindo ao jogo. Se 10% dos homens foram embora no intervalo, o número de mulheres que foram embora no intervalo foi de:
- (A) 24
(B) 35
(C) 48
(D) 56
(E) 63
-
16. Um consultório odontológico atende, em um dia qualquer, ou 28 crianças ou 41 adultos, de maneira que nunca atende, em um mesmo dia, adultos e crianças. Durante 65 dias esse consultório atendeu 2223 pessoas, entre adultos e crianças, sendo que o número de dias em que atendeu crianças superou o número de dias que atendeu adultos em:
- (A) 1
(B) 3
(C) 5
(D) 7
(E) 9
-
17. O número 4 é o 1º e o 6º termo da sequência (4, 7, 2, 6, 9, 4, 8, 11, 6, 10, ...). Nessa sequência, o número 100 é o
- (A) 133º termo e 138º termo.
(B) 137º termo e 142º termo.
(C) 141º termo e 146º termo.
(D) 145º termo e 150º termo.
(E) 149º termo e 154º termo.
-

18. O ponto E pertence ao lado AD do retângulo ABCD e $ED = 15$ cm, conforme mostra a figura.

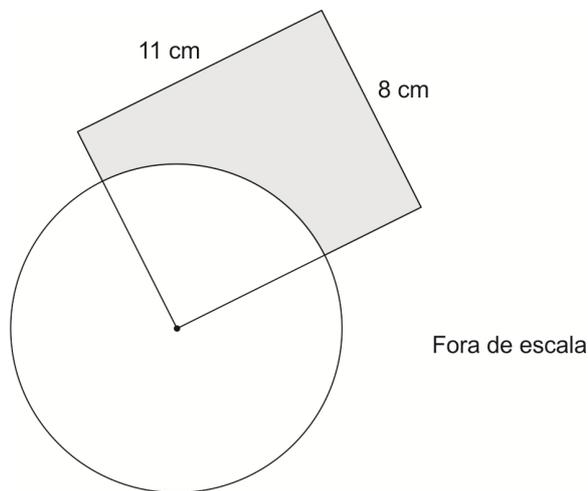


Sabendo que a área do retângulo ABCD é 336 cm^2 e que a área do trapézio BCDE é 273 cm^2 , a medida, em cm, do lado AB, é:

- (A) 14
(B) 15
(C) 16
(D) 17
(E) 18

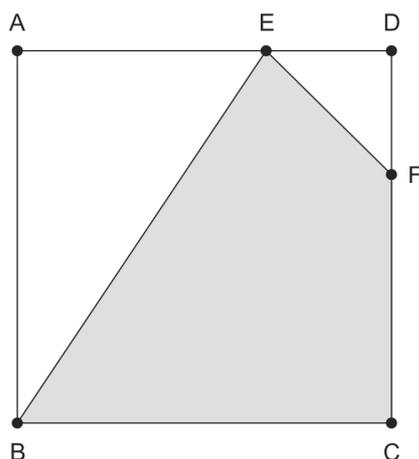


19. Uma caixa, na forma de paralelepípedo reto-retângulo, tem 25 cm de comprimento, 12 cm de largura e 12 cm de altura. Essa caixa será usada para armazenar pequenos blocos maciços, também na forma de paralelepípedos reto-retângulos, em que uma das faces é um quadrado de lado 2 cm. Sabendo que no máximo 180 desses blocos cabem totalmente no interior da caixa, a área total de cada bloco, em cm^2 , é:
- (A) 36
(B) 40
(C) 48
(D) 52
(E) 64
20. Um dos vértices de um retângulo de lados 11 cm e 8 cm é o centro de uma circunferência, conforme mostra a figura abaixo.



Sabendo que a área da parte sombreada da figura é $\frac{352 - \pi}{4} \text{ cm}^2$, o raio da circunferência, em cm, mede:

- (A) 1
(B) 2
(C) 3
(D) 4
(E) 5
21. Sobre dois dos lados do quadrado ABCD estão os pontos E e F, que determinam um quadrilátero BCFE, conforme mostra a figura abaixo.

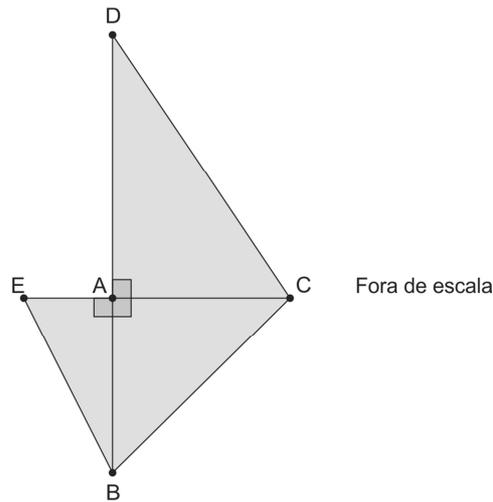


Sabendo que a área do triângulo isósceles DEF é 2 cm^2 e que o perímetro do quadrado ABCD é igual a 24 cm, a área do quadrilátero BCFE, em cm^2 , é:

- (A) 20
(B) 21
(C) 22
(D) 23
(E) 24



22. Os triângulos retângulos ABC, ABE e ACD, da figura abaixo, têm o vértice A em comum; o triângulo ABC é isósceles e tem área 8 cm^2 , e o segmento CE mede 6 cm .

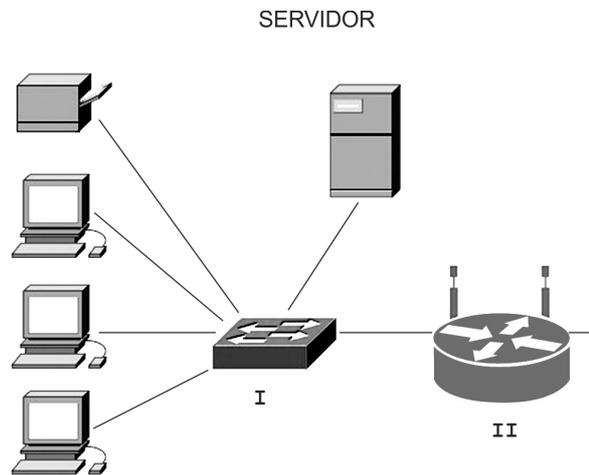


Sabendo que a área do triângulo ACD é o quádruplo da área do triângulo ABE, a medida, em cm, do segmento AD é:

- (A) 8
(B) 12
(C) 16
(D) 20
(E) 24
-
- Noções de Informática**
23. Dentre as funcionalidades do Microsoft Outlook 2013, em português, está a criação de
- (A) apresentações de *slides* personalizados para reuniões, palestras, aulas etc.
(B) regras para encaminhar *e-mails* recebidos em uma conta para outras contas de *e-mail*.
(C) *websites* para exibição de portfólio de serviços e produtos da organização.
(D) contas de *e-mail* anônimas que não podem ser rastreadas e nem ter seus proprietários identificados.
(E) certificados e assinaturas digitais para documentos com validade legal.
-
24. Suspeitando da existência de um vírus em seu computador, um usuário foi orientado pela equipe de suporte da empresa a inicializar o Windows 10 no modo de segurança e, depois, passar o antivírus no computador. Para inicializar o computador nesse modo, após ligá-lo, deve-se pressionar a tecla:
- (A) F1.
(B) F10.
(C) F2.
(D) F4.
(E) F8.
-
25. Em um computador com o Windows 10, em português, um usuário possui duas janelas do Explorador de Arquivos abertas, uma ao lado da outra. Na primeira janela estão listados os arquivos e pastas de um *pen drive* (unidade E) e na outra, uma pasta do HD (unidade C). Ao arrastar um arquivo do *pen drive* para o HD este arquivo será
- (A) apenas copiado para o HD.
(B) movido para o HD.
(C) apagado do *pen drive*.
(D) compactado para o HD.
(E) enviado para a lixeira.



26. Considere a figura abaixo, que mostra uma rede local de computadores.



Os equipamentos de rede indicados por I e II são, respectivamente:

- (A) *modem* e *hub*
 - (B) *hub* e *switch*
 - (C) *bridge* e *hub*
 - (D) roteador e *bridge*
 - (E) *switch* e roteador
-
27. Em um texto padrão digitado no Microsoft Word 2010, em português, um usuário selecionou a ferramenta mostrar/ocultar (¶), presente no grupo Parágrafo da guia Página Inicial. Isso fez com que
- (A) todos os parágrafos recebessem uma tabulação de início de 1,25 centímetros.
 - (B) as marcas de formatação (parágrafo, tabulação etc.) aparecessem no texto.
 - (C) aparecesse uma área para a digitação ou construção de funções matemáticas.
 - (D) os títulos fossem automaticamente classificados nos níveis Título 1, Título 2 etc.
 - (E) uma área para a criação de diagramas fosse aberta no texto, na posição do cursor.
-
28. A célula A2 da planilha chamada Plan1 em um arquivo do Microsoft Excel 2013, em português, contém um valor numérico. Para que este valor apareça vinculado na célula A5 da planilha chamada Plan2 do mesmo arquivo, de forma que, se alterado o valor na Plan1, a alteração reflita automaticamente em Plan2, deve-se utilizar na célula A5 a fórmula
- (A) =COPIAR (Plan1!A2)
 - (B) =REPLICAR (Plan1!\$A\$2)
 - (C) =Plan1!A2
 - (D) =VINCULAR (Plan1!\$A\$2)
 - (E) =Plan1>>A2
-
29. Um usuário, ao ligar o computador com o Windows 10, em português, faz rotineiramente *login* no sistema, por meio do seu usuário e senha, para seu perfil de usuário ser carregado no computador. Toda vez que se ausenta do computador, por questões de segurança, bloqueia sua área de trabalho e, quando retorna, digita a senha para desbloqueá-la. A tela que possui opções para bloquear a área de trabalho, trocar o usuário do computador, alterar senha, entre outras, pode ser acessada
- (A) clicando-se no botão Iniciar e na opção Gerenciar Usuários.
 - (B) pressionando-se simultaneamente a tecla com o símbolo do Windows e a letra R.
 - (C) clicando-se no botão Iniciar e na opção Painel de Controle e, em seguida, na opção Gerenciador de Tarefas.
 - (D) pressionando-se CTRL + Alt + Delete ou Ctrl + Alt + Del.
 - (E) clicando-se no botão Iniciar e na opção Permissões.
-
30. No Google Chrome, quando se digita o endereço de um *site* e entra-se na página, aparece o status de segurança do *site*, que pode ser representado por um ícone de cadeado, indicando que o *site* é seguro; por um ícone circular com a letra i no interior, indicando que o *site* não está usando uma conexão particular; ou pelo ícone de um triângulo com um ponto de exclamação no interior, indicando que o *site* não é seguro. Estes ícones aparecem
- (A) à esquerda do endereço digitado.
 - (B) no canto superior direito da página.
 - (C) à direita do endereço digitado.
 - (D) no canto inferior direito da página.
 - (E) no rodapé da página.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Administrativo**

31. Um município desenvolveu projeto para urbanização de determinado bairro. Dentre os atos e as medidas previstos, estava a construção de posto de saúde, creche, escola, arruamento, bem como a definição das quadras onde seria permitido uso não residencial, em especial comércio e serviços. Diante da apresentação de denúncia anônima, foi apurado que grande parte da área atingida pelo projeto pertencia ao prefeito e seus familiares, principalmente nos trechos onde foram planejados os usos não residenciais e de maior potencial econômico. Diante dos fatos descritos, evidencia-se
- (A) prática de atos, pelo prefeito e familiares, passíveis de responsabilização na esfera criminal, em caráter prejudicial às demais esferas.
 - (B) ato praticado com desvio de finalidade, considerando que o projeto de urbanização, em verdade, tinha por objetivo o incremento de liquidez dos imóveis pertencentes ao prefeito.
 - (C) ato de improbidade, para cuja tipificação, independentemente da modalidade, é imprescindível a demonstração de dolo do servidor.
 - (D) legalidade do projeto, tendo em vista que o favorecimento econômico do prefeito é consequência indireta da finalidade precípua do ato, qual seja, a urbanização da região.
 - (E) abuso de autoridade, sendo desnecessária a demonstração de culpa por parte do prefeito, considerando que o agente político é sujeito à responsabilidade objetiva.
-
32. A responsabilização civil dos agentes públicos exige, necessariamente, independentemente de outros requisitos, a
- (A) comprovação de danos ao erário, na medida em que só a Administração pública pode demandar a reparação.
 - (B) prática de ato doloso, ou seja, a demonstração da intenção de causar prejuízo ao erário ou a terceiros.
 - (C) demonstração do nexo de causalidade entre a conduta dos agentes e os danos causados ao erário ou a terceiros.
 - (D) demonstração de que agiam regularmente no exercício de suas funções.
 - (E) prática de ato comissivo, tendo em vista que não se infere dolo ou culpa de conduta omissiva.
-
33. A tipificação de ato de improbidade depende da participação de pessoa enquadrada no conceito de agente público previsto em lei. NÃO se incluem como sujeitos ativos de atos de improbidade
- (A) os servidores públicos em estágio probatório, podendo lhes ser exigido o ressarcimento dos danos causados.
 - (B) as pessoas nomeadas para funções públicas não remuneradas.
 - (C) os empregados públicos, porque não contam com vínculo funcional estatutário.
 - (D) aqueles que tenham sido eleitos pelo voto direto para ocupar cargos públicos.
 - (E) os diretores de empresa constituída e gerida por recursos integralmente privados, mesmo quando omitirem ilicitudes cometidas pela pessoa jurídica durante fiscalização pública.
-
34. A incorreta manutenção no sistema de esgoto de determinado município causou o rompimento da tubulação e vazamento de efluentes, que avançaram para as instalações de um estabelecimento comercial, ensejando a necessidade de interdição para descontaminação. O Poder Público, se demandado a indenizar os prejuízos verificados, estará sujeito à responsabilidade
- (A) subjetiva, considerando que a Administração pública é instada a indenizar apenas quando comprovada conduta culposa ou dolosa de seus agente públicos.
 - (B) objetiva, que não exige a demonstração de culpa, tampouco do nexo de causalidade e de vínculo funcional do agente causador dos danos.
 - (C) objetiva, sendo necessário, contudo, que o autor da ação demonstre a ocorrência de danos concretos e do nexo de causalidade com o evento.
 - (D) subjetiva, que exige a demonstração, pelo autor da ação, da ausência de culpa da vítima.
 - (E) objetiva pura, que impõe obrigatoriedade de ressarcimento integral pelo poder público, desde que demonstrada conduta dolosa do agente público.
-
35. A Administração pública desempenha suas funções representada, em sentido amplo, por agentes públicos, que praticam atos de diversas naturezas. Dentre eles, está a possibilidade da imposição de
- (A) condenações criminais, considerando que a apuração de infrações praticadas pelos agentes públicos também envolve a esfera penal.
 - (B) sanções aos administrados em processos administrativos, os quais não demandam a apresentação de defesa ou recurso, porque não admitem nomeação de advogado, cabendo questionamentos apenas na esfera judicial.
 - (C) multas, espécies de sanções pecuniárias, mediante instauração de processo judicial específico.
 - (D) multas e sanções administrativas, o que não afasta a necessidade de oportunizar defesa e contraditório àqueles que sofreram a imposição.
 - (E) sanções de apreensão de bens e recursos financeiros em caráter administrativo e unilateral, cabendo àqueles que sofreram a imposição questionarem os atos judicialmente.

**Noções de Direito Constitucional**

36. Considerada a disciplina da propriedade como direito fundamental e de aspectos correlatos na Constituição Federal,
- (A) cabe à lei assegurar proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, exceto nas atividades desportivas, sujeitas à autorregulamentação pelas entidades representativas das diferentes categorias.
 - (B) caberá à autoridade competente, desde que mediante ordem judicial, usar de propriedade particular, em caso de iminente perigo público, assegurada indenização posterior ao proprietário, se houver dano.
 - (C) a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, deve seguir procedimento estabelecido em lei, observada, sem ressalvas, a garantia de justa e prévia indenização em dinheiro.
 - (D) a sucessão de bens estrangeiros situados no país será regulada pela lei pessoal do *de cuius* sempre que esta for mais favorável a cônjuge ou filhos brasileiros do que a lei brasileira.
 - (E) é vedada a penhora da pequena propriedade rural para pagamentos de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, devendo seu desenvolvimento ser financiado pelos meios legalmente definidos.
-
37. Em virtude da disciplina constitucional das liberdades de associação e reunião,
- (A) ninguém será compelido a associar-se ou manter-se associado, salvo no caso de filiação a entidade sindical, nos termos da lei.
 - (B) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar, exceto para fins de utilização por partidos políticos.
 - (C) a realização de reuniões pacíficas independe de autorização, sendo exigido prévio aviso à autoridade competente apenas na hipótese de já haver outra convocação para o mesmo local.
 - (D) as associações poderão ter suas atividades suspensas pela autoridade administrativa competente, embora sua dissolução compulsória dependa de decisão judicial.
 - (E) é vedada interferência estatal no funcionamento de associações e cooperativas, embora a criação das últimas esteja sujeita aos termos da lei.
-
38. Ao dispor sobre a organização do Estado brasileiro, a Constituição Federal estabelece que compete aos Municípios
- (A) legislar sobre assuntos de interesse regional.
 - (B) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação federal.
 - (C) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
 - (D) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação federal e estadual, sem submissão, contudo, à ação fiscalizadora de União e Estado.
 - (E) criar, onde não houver, órgão de Contas Municipal, para auxiliar a Câmara dos Vereadores no exercício da função de fiscalização, mediante controle externo.
-
39. Após cinco anos de efetivo exercício no cargo para o qual havia sido nomeada em virtude de aprovação em concurso público, à determinada servidora pública da Administração direta municipal é aplicada pena de demissão, ao fim de processo administrativo no qual não lhe foi assegurada ampla defesa. Estando assim vago, o cargo é em seguida preenchido, em virtude de concurso de remoção interna, por outro servidor estável. A demissão, contudo, é posteriormente invalidada por sentença judicial, sendo a servidora reintegrada e o ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem indenização. Nessa hipótese, a reintegração da servidora deu-se de modo
- (A) compatível com a Constituição Federal, assim como a recondução do ocupante da vaga ao cargo de origem.
 - (B) compatível com a Constituição Federal, mas o ocupante da vaga somente poderia ter sido reconduzido ao cargo de origem mediante indenização.
 - (C) compatível com a Constituição Federal, mas o ocupante da vaga deveria ter sido aproveitado em outro cargo, e não reconduzido ao de origem, sem indenização.
 - (D) incompatível com a Constituição Federal, e o ocupante da vaga deveria ter sido posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
 - (E) incompatível com a Constituição Federal, diferentemente da recondução do ocupante da vaga ao cargo de origem, que se deu nos termos previstos constitucionalmente.
-
40. Em conformidade com a Constituição Federal, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, o
- (A) servidor público da administração autárquica investido no mandato de Deputado Estadual.
 - (B) servidor público da administração direta investido no mandato de Vereador, quando não houver compatibilidade de horários.
 - (C) servidor público da administração fundacional investido no mandato de Deputado Federal.
 - (D) Prefeito nomeado para cargo em comissão na administração direta estadual.
 - (E) servidor público da administração direta investido em mandato eletivo distrital, quando houver compatibilidade de horários.

**Noções de Direito Penal**

41. Com relação ao peculato, considere:
- I. não admite a modalidade culposa.
 - II. pratica-o o funcionário público que se apropria de qualquer bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou o desvia, em proveito próprio ou alheio.
 - III. fica isento de pena o funcionário público que se apropriar de dinheiro que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.
 - IV. pratica-o o funcionário público que retardar, indevidamente, ato de ofício para satisfazer interesse pessoal.
 - V. se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário, incorrerá nas penas previstas para o crime de peculato.

De acordo com o Código Penal, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e V.
 - (B) I e II.
 - (C) III e V.
 - (D) I e IV.
 - (E) III e IV.
-
42. Marino, desempregado, agrediu física e gravemente Josias, funcionário público competente para a realização de determinado ato legal. Agredido, Josias foi impedido de executar sua função. Nesse caso, de acordo com o Código Penal, Marino responderá pelo crime de
- (A) resistência, aplicando-se somente a pena de detenção prevista para esse crime.
 - (B) resistência, aplicando-se a pena de detenção, sem prejuízo da correspondente à violência.
 - (C) resistência, aplicando-se a pena de reclusão, sem prejuízo da correspondente à violência.
 - (D) desobediência, aplicando-se a pena de reclusão, sem prejuízo da correspondente à violência.
 - (E) desobediência, aplicando-se somente a pena de detenção prevista para esse crime.

Noções de Direito Civil/Comercial

43. De acordo com o Código Civil, a empresa individual de responsabilidade limitada
- (A) deverá ter seu nome formado pela inclusão da expressão "EIRELI" antes da firma ou da sua denominação social.
 - (B) será constituída por dois ou mais sócios, porém apenas a um deles caberá o exercício da atividade constante do objeto social, sob sua exclusiva responsabilidade.
 - (C) será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não poderá ser superior a cem vezes o maior salário mínimo vigente no País.
 - (D) constituída para a prestação de serviços de qualquer natureza não poderá, em qualquer hipótese, ter a ela atribuída a remuneração decorrente da cessão de direitos patrimoniais de autor.
 - (E) poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.
-
44. Lair era sócio de determinada sociedade simples limitada e realizou a cessão total de sua quota a Caio, tendo sido efetuada a modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios. De acordo com o Código Civil, na sociedade simples, a responsabilidade perante a sociedade e terceiros pelas obrigações que Lair possuía como sócio será
- (A) apenas de Lair, independentemente do tempo decorrido após a averbação da modificação do contrato.
 - (B) de Lair solidariamente com Caio, até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.
 - (C) apenas de Caio, pois, no momento da cessão de quotas, transferem-se também as obrigações como sócio do cedente ao cessionário.
 - (D) apenas de Lair, até um ano depois de averbada a modificação do contrato.
 - (E) de Lair solidariamente com Caio, até três anos depois de averbada a modificação do contrato.
-
45. No que tange à sociedade limitada, de acordo com o Código Civil, a designação de administradores não sócios
- (A) dependerá da aprovação de dois terços dos sócios, no mínimo, enquanto o capital não estiver integralizado.
 - (B) não é possível.
 - (C) sempre dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, independentemente de estar ou não integralizado o capital.
 - (D) dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado.
 - (E) dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, mesmo após a integralização do capital.

46. Considere:
- I. Sociedades A e B extinguem-se e unem-se para formar a nova sociedade C, que a elas sucede nos direitos e obrigações.
 - II. Sociedades D, E e F são absorvidas pela sociedade G, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, com a aprovação de todas, na forma da lei.

De acordo com o Código Civil, nas situações I e II apontadas, está-se diante, respectivamente, das hipóteses de

- (A) transformação e fusão.
- (B) incorporação e transformação.
- (C) transformação e incorporação.
- (D) incorporação e fusão.
- (E) fusão e incorporação.



47. Quatro pessoas físicas desejam formar uma sociedade na qual apenas duas delas figurem como sócias de responsabilidade ilimitada. Com relação ao nome empresarial, de acordo com o Código Civil, a sociedade operará sob
- (A) firma, na qual somente poderão figurar os nomes dos sócios de responsabilidade ilimitada, bastando, para formá-la, aditar ao nome de um deles a expressão “e companhia” ou sua abreviatura.
 - (B) denominação, que deverá designar o objeto da sociedade, sendo permitido nela figurar o nome de um ou mais sócios, bastando, para formá-la, aditar ao nome de qualquer um deles a expressão “ltda”.
 - (C) firma, que deverá designar o objeto da sociedade, sendo obrigatório nela figurar o nome de todos os sócios.
 - (D) denominação, na qual somente poderão figurar os nomes dos sócios de responsabilidade ilimitada, bastando, para formá-la, aditar ao nome de um deles a expressão “e companhia” ou sua abreviatura.
 - (E) denominação, na qual poderão figurar os nomes de qualquer um dos sócios, bastando, para formá-la, aditar ao nome de um deles a expressão “e companhia” ou sua abreviatura.

48. A sociedade estrangeira

- I. não pode, qualquer que seja o seu objeto, funcionar no País sem autorização do Poder Judiciário, salvo por estabelecimentos subordinados.
- II. poderá funcionar no território nacional com o nome que tiver no país de origem desde que seja compreensível no idioma português, devendo ser acrescido das palavras “do Brasil” ou “para o Brasil”.
- III. autorizada a funcionar é obrigada a ter, permanentemente, representante no Brasil, com poderes para resolver quaisquer questões e receber citação judicial pela sociedade.
- IV. dependerá, para fazer qualquer modificação no contrato ou no estatuto, da aprovação do Poder Executivo, para produzir efeitos no território nacional.

De acordo com o Código Civil, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) III e IV
- (D) I, II e IV.
- (E) I, III e IV.

Direito do Consumidor

49. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, o consumidor que receber do fornecedor, em sua casa, determinado produto sem ter feito solicitação prévia
- (A) deverá devolvê-lo em até trinta dias úteis, sem a obrigação de seu pagamento, ou adquiri-lo, ficando o fornecedor, neste caso, obrigado a cobrar apenas a metade do valor de mercado.
 - (B) deverá restituí-lo ao fornecedor no prazo máximo de sete dias úteis, sob pena de aceitação tácita, ficando obrigado ao seu pagamento.
 - (C) ficará obrigado ao pagamento do produto caso não informe ao fornecedor, por escrito, em até trinta dias úteis, que não tem interesse em adquiri-lo.
 - (D) não ficará obrigado ao seu pagamento, equiparando-se o produto recebido à amostra grátis.
 - (E) deverá restituí-lo ao fornecedor no prazo máximo de trinta dias úteis ou adquiri-lo mediante pagamento do preço fixado pelo fornecedor, a fim de evitar eventual alegação de enriquecimento ilícito.
50. Em relação aos contratos que regulam as relações de consumo, o Código de Defesa do Consumidor estabelece:
- (A) A garantia contratual é complementar à legal e poderá ser conferida mediante termo escrito ou verbalmente.
 - (B) O consumidor poderá desistir dos contratos, no prazo de dez dias, quando a contratação de fornecimento de produtos ocorrer fora do estabelecimento comercial, e os valores pagos serão devolvidos de imediato, porém não serão corrigidos monetariamente.
 - (C) Os contratos não obrigarão os consumidores se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo.
 - (D) É permitido ao fornecedor inserir cláusula que o autorize a cancelar o contrato unilateralmente, ainda que não seja dado igual direito ao consumidor.
 - (E) É permitida cláusula que estabeleça inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor, se este consentir expressamente.

**Legislação Municipal**

51. Um dos objetivos da Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 1992, que instituiu o Código que contém as medidas do poder de polícia administrativa a cargo do Município de São José do Rio Preto, é preservar a higiene pública no Município.

Segundo essa Lei Complementar, é terminantemente proibido

- (A) aterrar vias públicas com lixo, sendo permitido esse aterramento com materiais velhos, desde que tais materiais não sejam nocivos à saúde e que o Poder Público tenha se mantido omissos quanto a isso, por mais de cento e oitenta dias.
- (B) queimar nas vias públicas, ou mesmo nos próprios quintais, folhas de árvores, lixo ou quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança.
- (C) conduzir pela cidade, pelos distritos ou pelos núcleos urbanos do Município, doentes portadores de moléstias infectocontagiosas letais, exceto quando essa condução se fizer em veículo especificamente destinado ao transporte da pessoa enferma e com expressa permissão da Secretaria Municipal de Saúde.
- (D) transportar, em quaisquer veículos, exceto em caminhões, pedra, argila, calcário, terra e outros detritos que possam comprometer a higiene.
- (E) aterrar vias públicas com dejetos orgânicos ou inorgânicos, sendo permitido esse aterramento com materiais velhos, desde que tais materiais não sejam nocivos à saúde e que o Poder Público tenha se mantido omissos ou inerte quanto a isso, por mais de noventa dias.

52. A Lei Complementar nº 588, de 1º de março de 2019, institui e regula, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, a fase contenciosa do processo administrativo de natureza tributária, fiscal e de posturas.

De acordo com essa Lei Complementar, constitui fase relativa à tramitação do contencioso administrativo municipal a apresentação e tramitação de

- (A) Embargos de Declaração, apresentados uma só vez, em relação à decisão de segunda instância.
- (B) Impugnação especial em instância especial, relativamente a exigências com valor igual ou inferior a meio salário mínimo, calculado na data da apresentação da defesa.
- (C) Embargos de Declaração, apresentados duas ou mais vezes, em relação a decisões proferidas em primeira e segunda instâncias.
- (D) Impugnação de Pedido de Reconsideração e de Recurso Especial, quaisquer deles, em segunda e última instância, observados os prazos e requisitos próprios a cada um deles.
- (E) Embargos de Declaração, apresentados mais de uma vez, em relação à decisão de primeira instância.

53. A Lei nº 3.359, de 09 de novembro de 1983, instituiu o Código Tributário do Município de São José do Rio Preto.

De acordo com esse Código, estão isentos da taxa de licença para o exercício da atividade de comércio ambulante os

- (A) idosos com mais de sessenta anos de idade, os jornalheiros e os artesãos.
- (B) engraxates, os artesãos, os idosos com mais de sessenta e cinco anos de idade e os amoladores de facas, tesouras e outros objetos cortantes.
- (C) egressos das penitenciárias há menos de três anos, os portadores de deficiência física, os idosos com mais de sessenta e cinco anos de idade e os artesãos.
- (D) idosos com mais de sessenta anos de idade, os egressos das penitenciárias há menos de dois anos e os amoladores de facas, tesouras e outros objetos cortantes.
- (E) portadores de deficiência física, os jornalheiros e os engraxates.

54. De acordo com a Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 1992, que instituiu o Código que contém as medidas do poder de polícia administrativa a cargo do Município de São José do Rio Preto, o lixo das habitações deve ser acondicionado em va-silhas apropriadas ou sacos plásticos, para ser removido pelo serviço de limpeza pública.

Segundo essa Lei Complementar, são considerados como lixo

- (A) os resíduos domésticos das residências e os industriais das fábricas e das oficinas.
- (B) os resíduos dos restaurantes, bares e lanchonetes.
- (C) os restos de materiais de construção.
- (D) as matérias excrementícias.
- (E) a terra, as folhas e os galhos dos jardins e quintais particulares.



55. Considere a seguinte situação fictícia: em área de uso militar, localizada no Município de São José do Rio Preto, encontram-se, além do quartel, um colégio frequentado pelos filhos de militares, uma farmácia, um hospital militar e também uma clínica veterinária. No ano de 2018, celebrando o quinto aniversário da criação dessa área militar, promoveram-se festividades diversas, tais como quermesses, gincanas e apresentações envolvendo o uso de material bélico, de explosivos e de produtos inflamáveis, todas as atividades respeitando as normas de segurança.

De acordo com a Lei nº 6.499, de 17 de dezembro de 1996, que aprovou o Regulamento de Limpeza Urbana do Município de São José do Rio Preto, NÃO serão objeto dos serviços extraordinários de limpeza urbana os resíduos sólidos

- (A) de materiais orgânicos decorrentes do consumo de pescados e crustáceos nas quermesses realizadas.
- (B) e líquidos provenientes do hospital militar e da clínica veterinária localizados nessa área.
- (C) e líquidos provenientes do colégio e da farmácia situados nessa área.
- (D) dos materiais bélicos, dos explosivos e dos inflamáveis utilizados nas apresentações feitas.
- (E) e líquidos provenientes da ala de infectologia do hospital militar localizado nessa área.

56. De acordo com a Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 1992, que instituiu o Código que contém as medidas do poder de polícia administrativa a cargo do Município de São José do Rio Preto, a Prefeitura Municipal exercerá fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Segundo essa Lei Complementar,

- (A) consideram-se gêneros alimentícios, para os efeitos desse Código, todas as substâncias sólidas ou líquidas destinadas a ser ingeridas pelos seres vivos, excetuados os medicamentos, as bebidas alcoólicas e as substâncias entorpecentes.
- (B) a venda de gêneros alimentícios manifestamente deteriorados dará ensejo à sua apreensão pelo funcionário encarregado da fiscalização e à remoção para local destinado à sua inutilização, ficando o vendedor eximido, em razão disso, do pagamento das multas e demais penalidades que lhe possam ser aplicadas, em virtude da infração cometida.
- (C) é proibido ter em depósito, ou expostos à venda, aves doentes, aves e pescados provenientes de países em que haja doenças infectocontagiosas sem controle há mais de cento e oitenta dias, carne de qualquer espécie proveniente de países da África Subsaariana, bem como legumes, hortaliças, frutas ou ovos deteriorados.
- (D) as quitandas e casas congêneres deverão ter o piso ladrilhado, as paredes revestidas de azulejos até a altura de dois metros do piso e as janelas e aberturas teladas à prova de moscas.
- (E) os vendedores ambulantes de alimentos não poderão vender em locais em que haja fácil contaminação dos produtos expostos à venda, sendo-lhes proibido instalar-se em barracas ou estabelecimentos congêneres para exploração de qualquer gênero alimentício, excluindo os feirantes.

57. A Lei nº 9.428, de 18 de abril de 2005, dispõe sobre o período de atendimento interno, nos caixas, ao usuário dos estabelecimentos bancários, no Município de São José do Rio Preto.

De acordo com essa Lei, as agências bancárias e demais estabelecimentos de crédito do Município ficam obrigados a colocar, à disposição dos usuários, pessoal suficiente, no setor de caixas, para que o atendimento seja feito no prazo de 30 minutos,

- (A) no dia 5 de cada mês, desde que seja dia útil.
- (B) no dia anterior e no dia posterior a um feriado ou a um dia de ponto facultativo nas repartições públicas federais, estaduais e municipais.
- (C) no quinto dia útil de cada mês.
- (D) em dias normais.
- (E) no décimo dia útil de cada mês.

58. O Decreto nº 16.888, de 27 de setembro de 2013, disciplina, entre outras coisas, a inscrição no Cadastro Mobiliário do Município de São José do Rio Preto.

De acordo com esse Decreto, a

- (A) inscrição municipal deve ser feita antes do início das atividades, ou até o prazo máximo de trinta dias após o seu início, sendo obrigatória para todos aqueles que pretendem exercer atividades previstas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, inclusive quando imunes ou isentos de imposto.
- (B) inscrição municipal implica o reconhecimento público da regularidade relativa ao funcionamento ou início da atividade pelo interessado.
- (C) inscrição municipal deve ser feita antes do início das atividades, ou até o prazo máximo de quinze dias após o seu início, sendo obrigatória para todos aqueles que pretendem exercer atividades previstas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, exceto quando imunes ou isentos de imposto.
- (D) pessoa jurídica inscrita no cadastro mobiliário municipal poderá ser considerada “unidade extensora” quando puder exercer uma ou várias de suas atividades, constantes na DECA, de forma complementar ou auxiliar, em outra localização, ou seja, em endereço diverso do estabelecimento dessa unidade.
- (E) “unidade de extensão” deverá ter a mesma inscrição municipal da “unidade extensora”, e estará vinculada, para efeito cadastral, ao CNPJ dessa.



59. No texto da Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 1992, que instituiu o Código que contém as medidas do poder de polícia administrativa a cargo do Município de São José do Rio Preto, a higiene dos estabelecimentos é objeto de um capítulo específico.

Segundo essa Lei Complementar,

- (A) nos hotéis, restaurantes e botequins, a lavagem da louça e dos talheres deverá fazer-se em água corrente, sendo permitida a lavagem em baldes, tonéis ou vasilhames, seguida de higienização com álcool em gel ou com produto equivalente, nos casos de botequins que não sejam abastecidos com água encanada.
- (B) a instalação dos necrotérios e capelas que abriguem corpos cadavéricos de pessoas que faleceram em razão de moléstias infectocontagiosas será feita em prédio isolado, distante, no mínimo, cinquenta metros de imóveis residenciais, ou em andar isolado de prédio de múltiplos andares, de maneira que seu interior não seja devassado ou descortinado.
- (C) nos salões de barbeiros e cabeleireiros, é obrigatório o uso de toalhas e golas individuais e de instrumentos metálicos que tenham sido higienizados em água fervente, a uma temperatura não inferior a 100 °C.
- (D) nos restaurantes, bares "buffet" e cafés é obrigatório o fornecimento de açúcar em forma líquida ou, se em forma sólida, acondicionado em saquinhos com porções individuais, sendo proibido o uso de açucareiros.
- (E) nos hospitais, casas de saúde e maternidade, é obrigatória também a instalação de uma cozinha com, no mínimo, três compartimentos destinados, respectivamente, a depósito de gêneros alimentícios, a preparo da comida, à distribuição de comida e lavagem e esterilização de louças e utensílios.

60. A Lei Complementar nº 588, de 1ª de março de 2019, institui e regula, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, a fase contenciosa do processo administrativo de natureza tributária, fiscal e de posturas.

Segundo essa Lei Complementar, essa fase contenciosa inicia-se a partir

- (A) da impugnação da parte em face de lançamento tributário, fiscal e de posturas.
- (B) da data do cometimento da infração que dá suporte à imposição de multa por infração à legislação de posturas municipais.
- (C) da apresentação de requerimento ou pretensão, formulados pela municipalidade, relativamente ao teor de norma legal abstratamente considerada.
- (D) da lavratura de Auto de Infração ou de Notificação de Lançamento tributário, fiscal ou de posturas.
- (E) do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que tiver sido cometida a infração que dá suporte à imposição de multa por infração à legislação de posturas municipais.

61. A Lei nº 3.359, de 09 de novembro de 1983, que instituiu o Código Tributário do Município de São José do Rio Preto, estabelece, entre outras coisas, normas relativas às Taxas de Licença.

Segundo esse mesmo Código, as taxas de licença serão devidas pela fiscalização

- (A) da comercialização de aves em quitandas e estabelecimentos comerciais congêneres.
- (B) dos locais de higienização dos veículos que promovem a condução não eventual de animais domésticos pelas vias públicas.
- (C) da comercialização de aves e mamíferos silvestres de pequeno porte.
- (D) de funcionamento em horário normal e especial.
- (E) da comercialização de animais domésticos de pequeno e médio portes.

62. De acordo com a Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 1992, que instituiu o Código que contém as medidas do poder de polícia administrativa a cargo do Município de São José do Rio Preto, a exploração dos meios de publicidade no município depende de licença prévia da Prefeitura.

Segundo essa Lei Complementar,

- (A) a propaganda falada, feita em lugares públicos da zona rural do Município, por meio de amplificadores de vozes, altofalantes e propagandista, não está sujeita à prévia licença da Prefeitura.
- (B) a colocação de anúncios ou cartazes, independentemente de seu conteúdo, tamanho e forma, não é permitida a menos de trezentos metros das pistas de aeroportos e de aeródromos, públicos ou particulares.
- (C) os anúncios que, embora apostos em terrenos de domínio privado, forem visíveis dos lugares públicos, precisam de licença prévia da Prefeitura.
- (D) a propaganda muda, feita por meio de cinema ambulante, no horário das vinte e duas horas às seis horas do dia imediatamente seguinte, está dispensada da prévia licença da Prefeitura.
- (E) está dispensada a licença prévia da Prefeitura, relativamente à exploração dos meios de publicidade, quando esta for pintada artesanal e artisticamente, sobre paredes, muros e tapumes.



63. A Lei nº 6.499, de 17 de dezembro de 1996, aprovou o Regulamento de Limpeza Urbana do Município de São José do Rio Preto, que contém disciplina a respeito dos serviços extraordinários de limpeza urbana.

De acordo com o Regulamento aprovado pela referida Lei, consideram-se serviços extraordinários de limpeza urbana aqueles

- (A) que, não constituindo atribuição específica da Secretaria Municipal de Serviços Gerais, poderão ser prestados facultativamente por ela, a seu exclusivo critério, dentro de suas possibilidades e sem prejuízo de suas atribuições específicas, mediante solicitação expressa dos municípios, bem como mediante cobrança dos preços públicos de serviços extraordinários.
- (B) prestados fora do horário normal, ou esporadicamente, em razão de festejos, comemorações, manifestações e outros eventos dessa natureza.
- (C) prestados fora do horário normal, ou extraordinariamente, em acréscimo ao prestado no horário normal.
- (D) prestados em datas comemorativas especiais, ou em dias de feriados nacionais, tais como Natal, Ano Novo e Páscoa, e desde que essa prestação seja estritamente necessária.
- (E) prestados em decorrência de festejos e outros eventos realizados por um grupo social ou por uma comunidade específicos, em que os resíduos coletados devam ter tratamento e destinação específicos, tal como a incineração, e o processo de destruição deva ser acompanhado por um ou mais membros desse grupo ou dessa comunidade.

64. De acordo com a Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 1992, que instituiu o Código que contém as medidas do poder de polícia administrativa a cargo do Município de São José do Rio Preto, a Prefeitura fiscalizará, no interesse público, a fabricação, o comércio, o transporte e o emprego de inflamáveis, explosivos e radioativos.

Segundo essa Lei Complementar,

- (A) são considerados inflamáveis o fósforo, a gasolina e demais derivados de petróleo, a nitroglicerina e seus compostos e derivados, os carburetos, o alcatrão e as matérias betuminosas líquidas.
- (B) os fogueteiros e exploradores de pedreiras poderão manter depósito de explosivos, desde que esses depósitos estejam localizados a uma distância mínima de duzentos e cinquenta metros da habitação mais próxima e a cento e cinquenta metros das ruas ou estradas.
- (C) é proibido soltar balões em toda a extensão do Município, podendo esta proibição ser suspensa, mediante licença da Prefeitura, em dias de festividades religiosas de caráter tradicional.
- (D) são considerados explosivos os fogos de artifício, a pólvora e o algodão-pólvora, os carburetos e o alcatrão, os cartuchos de guerra, caça e minas e os derivados de petróleo.
- (E) desde que autorizada pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, a instalação de postos de abastecimento de veículos e de bombas de gasolina não ficará sujeita à licença da Prefeitura, que, no entanto, poderá manifestar sua discordância quanto a essa instalação, fazendo-o junto àquela Agência, caso se comprove que ela irá prejudicar, de algum modo, a segurança ou sossego público.

65. De acordo com a Lei nº 9.678, de 20 de julho de 2006, que estabelece o regramento para o exercício do comércio e prestação de serviços ambulantes nas vias e logradouros públicos do Município de São José do Rio Preto, é expressamente proibido aos ambulantes

- (A) utilizar aparelhos eletroeletrônicos nos equipamentos, tais como rádio e televisão, sendo permitido apenas o uso daqueles destinados à conservação de alimentos e bebidas.
- (B) comercializar produtos farmacêuticos, exceto os genéricos que não contenham tarja, bem como expor e comercializar animais vivos destinados ao consumo humano, excluídos os domésticos de pequeno porte nascidos em cativeiro, e comercializar bebidas fermentadas e destiladas de qualquer graduação alcoólica.
- (C) manipular qualquer produto diretamente sobre os equipamentos, ainda que com utensílios adequados.
- (D) utilizar-se de encerados, lonas, plásticos ou qualquer outro tipo de cobertura em extensão aos equipamentos.
- (E) instalar-se a menos de cem metros de estabelecimento comercial, não ambulante, que comercialize os mesmos produtos.

66. De acordo com a Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 1992, que instituiu o Código que contém as medidas do poder de polícia administrativa a cargo do Município de São José do Rio Preto, o trânsito é livre e a sua regulamentação tem por objeto manter a ordem, a segurança e o bem-estar dos transeuntes e da população em geral.

Segundo essa Lei Complementar,

- (A) o cão, registrado ou não, com peso de até cinco quilos, poderá transitar livremente na via pública, em companhia de seu dono ou de adestrador, respondendo o proprietário pelas perdas e danos que o animal causar a terceiros.
- (B) é proibida a criação de qualquer espécie de gado na zona urbana da sede do Município e dos distritos, exceto quando se trate de pequena quantidade e se destine exclusivamente à subsistência familiar.
- (C) é proibido prejudicar o trânsito ou molestar pedestres, locomovendo-se por meio de patins, a não ser nos logradouros destinados a tal fim, bem como conduzindo, pelos passeios, veículos de qualquer espécie, excetuados os carrinhos de crianças e os de paralíticos.
- (D) quaisquer animais soltos encontrados nas ruas, praças, estradas, caminhos públicos e terrenos baldios serão recolhidos ao depósito da municipalidade e sacrificados, no prazo de setenta e duas horas, quando não resgatados pelos seus proprietários ou detentores.
- (E) é proibida a criação ou engorda de porcos na zona urbana da sede do Município e dos distritos, exceto quando se trate de pequena quantidade de suínos e se destine exclusivamente à subsistência familiar, vedada, sob qualquer hipótese, sua destinação comercial.



67. A Lei nº 5.591, de 14 de julho de 1994, delega ao Secretário Municipal de Abastecimento e Agricultura competência para criar novas feiras livres no Município de São José do Rio Preto e estabelece normas relacionadas à instalação e ao funcionamento das feiras livres no âmbito municipal.

De acordo com essa Lei,

- (A) as feiras livres, que forem criadas ou transferidas após sua publicação, não poderão ser instaladas nem poderão funcionar a menos de cem metros de hospitais, de quartéis e de estabelecimentos de ensino.
- (B) o feirante deverá, no final da feira livre, desmontar a banca ou barraca, recolher a mercadoria e todo equipamento, exceto o lixo proveniente de seu comércio, desimpedindo o local no prazo de duas horas, para que os servidores municipais possam iniciar os serviços de limpeza e coleta do lixo.
- (C) considera-se reincidente o feirante infrator que cometer a mesma infração no prazo de seis meses, ou três infrações distintas, no prazo de doze meses.
- (D) o servidor que exercer fiscalização nas feiras livres será obrigado a usar, durante o seu trabalho, uniforme e identificação externa, contendo o seu nome e função, sendo proibido a ele e ao seu cônjuge ou companheiro efetuar compras nelas, quando esse servidor estiver no exercício de sua função nessas feiras.
- (E) ao feirante é proibido utilizar jornais, papéis usados ou quaisquer outros impressos para embrulhar os produtos comercializados nas feiras livres, exceto no caso do comércio de banana, mandioca, mamão e congêneres.

68. A Lei nº 8.822, de 18 de dezembro de 2002, disciplina a atividade relativa aos serviços de transporte individual de passageiros, em motocicletas, mediante aluguel – mototáxi, no Município de São José do Rio Preto, e dá outras providências.

De acordo com essa Lei,

- (A) considera-se transporte individual de passageiro, na modalidade “mototáxi”, aquele executado por meio de motocicleta e efetuado por mototaxista credenciado, desde que não seja vinculado a cooperativas ou agências de serviços.
- (B) a autorização para prestação de serviço de mototáxi, que se transmite aos sucessores do mototaxista, no caso de ocorrer o seu óbito, fica automaticamente extinta, em razão desse óbito, nos casos em que não houver manifestação de quaisquer de seus sucessores, no prazo de trinta dias contados da data do falecimento.
- (C) para a prestação do serviço de mototáxi, o autorizatário deverá preencher vários requisitos e condições, tais como ter idade igual ou superior a dezoito anos e residir no Município de São José do Rio Preto ou em Município limítrofe.
- (D) é permitido ao autorizatário transportar passageiro com bagagem dentro dos padrões estabelecidos, assim entendida aquela acondicionada em mochila ou sacola com alça e conduzida a tiracolo do mototaxista, bem como maleta de pequenas dimensões, conduzida no colo do passageiro.
- (E) o número de veículos destinados à prestação de serviço de mototáxi, dentro do Município, será proporcional à população do Município de São José do Rio Preto, na razão de uma motocicleta para cada grupo de duzentos habitantes, e, para a prestação desse serviço entre os Municípios limítrofes, sê-lo-á na razão de uma motocicleta para cada grupo de cinco mil habitantes.

69. De acordo com a Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 1992, que instituiu o Código que contém as medidas do poder de polícia administrativa a cargo do Município de São José do Rio Preto, cabe também à Municipalidade zelar pela moralidade e pelo sossego públicos.

Segundo essa Lei Complementar,

- (A) são expressamente proibidas às casas comerciais e aos ambulantes a exposição e venda de gravuras, livros, revistas ou jornais pornográficos ou obscenos.
- (B) são permitidos banhos nos rios, córregos ou lagoas do Município, bem como a prática de esportes náuticos, independentemente de a Prefeitura designar esses locais como próprios para essas atividades, desde que os praticantes dos esportes e os banhistas estejam trajados com roupas apropriadas.
- (C) nas igrejas, conventos e capelas, os sinos não poderão tocar antes das cinco horas e depois das vinte e duas horas, salvo os toques de rebates por ocasião de incêndios ou inundações e por júbilo ou fúnebre.
- (D) é expressamente proibido perturbar o sossego com ruídos ou sons excessivos, evitáveis, tais como os de propaganda realizada com alto-falantes, bumbos, tambores, cornetas, buzinas, clarins, tímpanos, campainhas ou outros aparelhos.
- (E) é proibido executar qualquer trabalho ou serviço que produza ruído que perturbe o sossego público, antes das sete horas e depois das vinte e duas horas, nas proximidades de hospitais, escolas, salas de velórios, templos de quaisquer cultos, asilos e casas residenciais.

70. A Lei nº 3.359, de 09 de novembro de 1983, instituiu o Código Tributário do Município de São José do Rio Preto.

De acordo com esse Código, está sujeita à prévia licença da Prefeitura e ao pagamento antecipado da taxa de licença para execução de obras qualquer pessoa física ou jurídica que queira

- (A) proceder ao parcelamento do solo urbano, à colocação de tapumes e de andaimos.
- (B) construir ou reconstruir edifícios e casas, exceto quando queira apenas reformá-los ou repará-los.
- (C) construir, reconstruir ou reformar edifícios, casas e edículas, mas não a que queira apenas repará-los, demoli-los ou simplesmente ampliá-los.
- (D) reformar ou pintar edifícios, casas, edículas, muros e grades.
- (E) construir, reconstruir ou reformar edifícios, casas, edículas, muros, grades, guias e sarjetas, exceto quando queira apenas repará-los ou pintá-los.



PROVA DISCURSIVA: ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo 9: 9.3 **A Prova Discursiva: Estudo de Caso** terá caráter eliminatório e classificatório. A questão será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido, **nota igual ou superior a 5 (cinco)**. 9.4 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na **Prova Discursiva: Estudo de Caso** a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 9.5 Será atribuída nota ZERO à **Prova Discursiva: Estudo de Caso** nos seguintes casos: 9.5.1 fugir ao tema proposto; 9.5.2 apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; 9.5.3 for assinada fora do local apropriado; 9.5.4 apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 9.5.5 estiver em branco; 9.5.6 apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; 9.5.7 não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios definidos pela Banca Examinadora. 9.6 Não será permitida nenhuma espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações. 9.7 Na **Prova Discursiva: Estudo de Caso**, deverá ser rigorosamente observado o limite máximo de **30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos ao Estudo de Caso. 9.8 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da **Prova Discursiva: Estudo de Caso** pela Banca Examinadora. 9.9 A grade de correção/máscara de critérios contendo a abordagem/requisitos de respostas definida pela Banca Examinadora, as respostas apresentadas pelo candidato e a pontuação obtida pelo candidato serão divulgadas por ocasião da Vista da **Prova Discursiva: Estudo de Caso**.

QUESTÃO DISCURSIVA: ESTUDO DE CASO

Mário é servidor público municipal titular de cargo efetivo. Sujeita-se, portanto, ao regime estatutário. Está classificado na Secretaria de Licenciamento, exercendo funções internas e de campo. Analisa projetos de reforma e edificação civil, emitindo parecer para subsidiar aprovação ou indeferimento de alvarás de licença de obras. Em campo, fiscaliza a adequação da execução das obras ao projeto aprovado, podendo autuar os responsáveis em caso de desacordo. Durante regular diligência às obras de um edifício comercial, identificou desatendimento aos limites e parâmetros impostos para recuo da edificação, cujo terreno fazia frente para importante e movimentada avenida municipal. Entretanto, ao perceber que a execução das obras era aderente ao projeto submetido à aprovação do Município, cujo parecer favorável era de sua autoria, não apontou a irregularidade e certificou a adequação das edificações, naquela data, ao projeto e posturas municipais. Considerando a narrativa responda, **fundamentadamente**:

- a. Cabe responsabilização pessoal do servidor? Em caso positivo, em qual(is) esfera(s)?
- b. O vínculo funcional de Mário interfere na responsabilização e punição do servidor?
- c. No caso em tela, é necessário apurar dolo ou culpa para responsabilização do servidor em alguma esfera?
- d. A situação narrada enseja responsabilização do Município?

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	



20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO